

10 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Órgão do TJ abre processo contra juíza por soltura de presos

Procedimento disciplinar vai apurar se ela violou lei ao liberar dez detentos sem aval de colegas; magistrada dizia que prisões eram ilegais

ROGÉRIO PAGNAN
DE SÃO PAULO

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo aprovou nesta quarta (9), por 15 votos a 8, a abertura de processo disciplinar contra a juíza Kenarik Boujikian.

O procedimento visa apurar se a magistrada violou dispositivos legais ao determinar a soltura de ao menos dez presos sem a anuência de colegas da turma julgadora.

Ela determinou a soltura ao deduzir que eles cumpriam pena havia mais tempo que suas sentenças e que as prisões seriam ilegais.

Essa avaliação ocorreu após a magistrada, atuando como substituta em segunda instância, analisar informações dos processos de prisão.

O desembargador Amaro Thomé Filho, então colega de turma de Boujikian, diz, porém, que nenhum dos presos que a juíza determinou soltar estavam presos ilegalmente.

Segundo ele, dos dez beneficiários dos alvarás expedidos por Boujikian, dois cumpriam penas regularmente, sete já estavam soltos e um estava foragido da Justiça.

“Como ela pode supor que ele cumpriu pena se está foragido?”, questionou Thomé Filho, que motivou a apuração no Tribunal de Justiça.

Igor Tamasauskas, advogado da juíza, informou à **Folha** que vai aguardar a publicação do acórdão para se manifestar sobre a abertura do processo disciplinar.

Em entrevista anterior, a magistrada declarou: “Trata-se de uma situação que considero juridicamente muito simples: se a pena foi fixada e não há notícia de soltura transcorrido este período, dei alvará cautelar, para não haver risco de a pessoa ficar presa por mais tempo”.

POLÊMICA

A possibilidade de investigação de Boujikian foi motivo de polêmica ao ser vista por integrantes de entidades de defesa de direitos humanos como uma perseguição de setores conservadores do TJ a uma juíza que trabalhava para impedir a continuidade de prisões ilegais.

Em entrevista à **Folha**, Thomé Filho disse que a magistrada tinha mecanismos para apurar rapidamente se os presos estavam em situação ilegal. “Não podemos supor uma situação e julgar de acordo com uma suposição. O juiz precisa julgar com base em provas, não com base no que ele acha”, afirmou.

Entre os dez presos que a juíza mandou soltar estava Elissandro Duarte dos Santos, cujo processo ficou parado no gabinete da magistrada por quase um ano.

O TJ já tinha aberto outro processo disciplinar contra Boujikian em outubro, para apurar se a magistrada violou dispositivos legais com baixa produtividade e atraso em julgamento de processos.

10 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

STF obriga teles a

manterem contribuição

Liminar derrubada isentava operadoras de participar de fundo audiovisual, o que geraria um prejuízo de R\$ 1 bilhão

'A gente volta a pensar em investimentos', diz diretora da Ancine; SindiTelebrasil não comenta decisão

GABRIELA SÁ PESSOA
ENVIADA ESPECIAL AO RIO DE BRASÍLIA

Foi com alívio que o audiovisual recebeu na noite de terça (8) a notícia de que o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, suspendeu a liminar que isentava empresas de telefonia móvel de recolher a Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional), principal fonte do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

Boa parte do mercado estava na abertura do Rio Content Market, feira de negócios do setor, quando Rosana Alcântara, diretora da Ancine (Agência Nacional do Cinema), foi avisada da decisão.

Ela anunciou ao auditório, que se levantou e aplaudiu. Nos corredores, dizia-se que a novidade, na abertura do evento, parecia "encomenda".

O parecer do Supremo revoga a decisão provisória conquistada pelo SindiTelebrasil, sindicato que reúne operadoras de telefonia como Oi, Tim, Vivo e Claro, no início de fevereiro. A determinação eximia as empresas de pagar a contribuição anual ao audiovisual no próximo dia 31 de março.

Manoel Rangel, diretor-presidente da Ancine, principal gestora do FSA, afirmou prever uma crise de grandes pro-

porções no setor caso a liminar não fosse revogada.

"Com a liminar, todos pensavam em retração do mercado. Com a suspensão, a gente volta a pensar em investimentos e estruturar o futuro do setor", diz Debora Ivanov, também diretora da agência.

DESFALQUE

O prejuízo para 2016 seria da ordem de R\$ 1 bilhão, mas não comprometeria projetos já firmados para este ano, afirmou Rangel à **Folha**.

No ano passado, as teles responderam por cerca de 90% da Condecine, com a qual contribuem desde 2012, com a nova lei da TV paga.

O repasse foi uma contrapartida para que as operadoras pudessem atuar no mercado de TV por assinatura. Nesse acordo, parte de tributos que as teles tradicionalmente recolhiam, como o Fistel, foi repassada ao audiovisual.

O que motivou a ação das teles foi o reajuste de 28,5% da contribuição, no fim de 2015, aprovado pelo Congresso.

A decisão do STF, porém, não encerra a questão, apenas garante que as operadoras paguem o tributo neste ano. Ainda corre na Justiça uma ação sobre o mérito das teles em relação ao setor — elas afirmam que a cobrança do tributo é inconstitucional, pois essas empresas não integrariam nem se beneficiariam da cadeia do audiovisual.

Steve Solot, presidente do Centro Latino-Americano de Treinamento e Assessoria Audiovisual, diz que a revogação

da liminar é positiva para o setor, mas o impasse judicial ainda gera apreensão entre investidores estrangeiros que buscavam coproduções no país.

"Os grandes estúdios não gostam de risco", diz ele, ex-vice presidente da Motion Picture Association (que representa corporações como Disney, Sony, Paramount e Fox).

Por telefone, Juca Ferreira, ministro da Cultura, diz que o parecer de Lewandowski foi uma "vitória poderosa".

No início do mês, ele participou de uma reunião com o setor em que prometeu engajar a pasta, ao lado da Advocacia-Geral da União, e se reunir com as operadoras. "Estamos chamando as teles para restabelecer o diálogo e o clima de confiança", afirma.

Procurado pela reportagem por meio de sua assessoria de imprensa, o SindiTelebrasil afirmou que não comentaria o assunto.

A jornalista GABRIELA SÁ PESSOA viajou a convite da organização do Rio Content Market

10 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Promotoria de SP denuncia Lula por tríplex em Guarujá

Ex-presidente é acusado de ocultação de patrimônio

Suspeita é de que imóvel, que está em nome da OAS, seja dele; petista nega e diz que desistiu de comprá-lo

MARIO CESAR CARVALHO
FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO
MÔNICA BERGAMO
COLUNISTA DA FOLHA

O Ministério Público de São Paulo apresentou nesta quarta-feira (9) à Justiça denúncia contra o ex-presidente Lula no caso do tríplex do Guarujá, no litoral paulista.

O petista é acusado de ocultação de patrimônio, uma modalidade do crime de lavagem de dinheiro, e falsidade ideológica.

Também foram denunciados Marisa Leticia, mulher de Lula, e um dos filhos do casal, Fábio Luis Lula da Silva. A mulher e o filho são acusados de lavagem de dinheiro.

Ao todo, são 16 os acusados, entre os quais executivos e funcionários da empreiteira OAS e ex-integrantes da Bancoop, como o ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto. Ele já foi condenado a 15 anos de prisão em um dos quatro processos em que é réu na Operação Lava Jato.

Lula é acusado de falsidade ideológica porque, na vi-

ésima dos investigadores, ele seria o verdadeiro dono do imóvel, apesar de o tríplex aparecer na documentação como propriedade da OAS.

Se a acusação for aceita pela Justiça, Lula e seus familiares passam a ser réus numa ação criminal.

A lavagem de dinheiro é punida com pena de prisão de três a dez anos de prisão e multa. Já a falsidade ideológica pode render pena de um a cinco anos de reclusão.

A defesa de Lula diz que os promotores já prejudicaram o caso ao anunciar em janeiro que iriam denunciar Lula sem ter concluído a apuração.

O empresário Léo Pinheiro, um dos sócios da OAS, que fez reformas no imóvel, também foi denunciado por lavagem de dinheiro. Ele já foi condenado a 16 anos de prisão na Operação Lava Jato e negocia um acordo de delação com os procuradores.

Outros funcionários da empreiteira são acusados de estelionato e de integrar organização criminosa.

O engenheiro Igor Pontes, da OAS, coordenou as reformas no imóvel e cuidou da compra de móveis de luxo para a cozinha do tríplex.

A OAS assumiu as obras do condomínio Solaris, na praia de Astúrias, em 2009. Foi nesse ano que a Bancoop, cooperativa habitacional ligada ao Sindicato dos Bancários de São Paulo, quebrou.

Marisa Leticia havia comprado em 2004 da Bancoop um apartamento simples, não um tríplex. As reformas custeadas pela OAS no tríplex consumiram cerca de R\$ 1 milhão, de acordo com a apuração do Ministério Público.

O tríplex, no entanto, nunca apareceu no patrimônio da família. O Instituto Lula afirmou que o empresário Léo Pinheiro fez as reformas para o ex-presidente, mas a família preferiu não ficar com o tríplex por considerar que não haveria privacidade para desfrutar da praia.

O anúncio de que ela desistira do tríplex foi feito no final do ano passado, quando já havia investigações em São Paulo e em Curitiba sobre as suspeitas de que a OAS presenteara Lula com o apartamento no Guarujá.

Os promotores ouviram mais de cem pessoas na investigação. Os relatos dão conta que a OAS privilegiou Lula, enquanto outros compradores foram relegados ao abandono pela empreiteira.

A apuração foi feita pelos promotores Cássio Conserino, Fernando Henrique Araújo e José Carlos Blat.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

10 MAR 2016

A DENÚNCIA CONTRA LULA

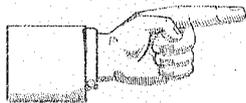
Ex-presidente é investigado em caso de tríplex



Luiz Carlos Murauskas/Folhapress

O tríplex

Recebeu melhorias no valor de R\$ 1 milhão da OAS, que assumiu a construção do condomínio, antes da Bancoop, em 2009. O imóvel está em nome da empreiteira alvo da Lava Jato



O que diz a denúncia

Ministério Público Estadual de São Paulo suspeita de ocultação de patrimônio. A unidade teria sido reformada porque já estava reservada para Lula



O que diz a defesa

Apartamento nunca foi de Lula. A família comprou, em 2005, uma cota que dava direito a uma unidade. Lula e a mulher visitaram o tríplex, mas desistiram da compra



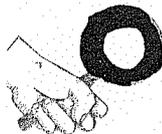
O que falta esclarecer

Por que somente aquela unidade do condomínio foi reformada? A reforma foi feita a pedido de Lula? O valor da obra seria incorporado ao valor da venda do tríplex?



Investigações paralelas

O tríplex também passou a ser alvo da Operação Lava Jato. A defesa de Lula questiona no STF o que seria um conflito de atribuições



Outras suspeitas contra Lula

● Sítio: recebeu reformas bancadas pela OAS, Odebrecht e Bumlai

● Palestras e doações: Lava Jato investiga pagamentos de empreiteiras a Lula

● Compra de medidas provisórias: Operação Zelotes investiga repasse de lobista a filho de Lula

● Tráfico de influência: Lula teria favorecido Odebrecht em empréstimos do BNDES

CONTINUA

Defesa do ex-presidente diz que investigadores prejudicaram caso

O advogado do ex-presidente Lula, Cristiano Zanin Martins, disse à **Folha** que desconhece o conteúdo da denúncia, mas criticou os promotores da apuração.

“Essa ação só confirma a parcialidade com que o assunto está sendo conduzido. Essa denúncia foi anunciada no dia 22 janeiro para a revista ‘Veja’, antes de ele [promotor Cássio Conserino] concluir as investigações. O Conselho Nacional do Ministério Público já disse que ele não é o promotor natural do caso e isso será levado a Justiça.”

O Instituto Lula diz que a acusação visa “macular a imagem” do ex-presidente. “Conserino transformou duas visitas a um apartamento no Guarujá em ocultação de patrimônio”, afirma em nota.

O Conselho Nacional do Ministério Público foi acionado pelo deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP), para afastar Conserino da investigação, mas o órgão decidiu manter o promotor no caso.

Teixeira alegava que o promotor da investigação não havia sido sorteado, o que pode provocar perseguição contra um político, mas o argumento foi refutado pelo conselho.

O advogado de Lula afirma ainda que a apresentação da denúncia “confirma o conflito de atribuições” entre Ministério Público de São Paulo e o Federal no Paraná.

Os dois órgãos são acusados pela defesa de investigarem os mesmos fatos, o que poderia caracterizar abuso. Os advogados de Lula recorreram ao Supremo para que apenas um dos investigadores continue na apuração, mas perderam.

Procurada pela **Folha**, a OAS não quis comentar a acusação dos promotores.

FOLHA DE S. PAULO

Supremo veta procurador no Ministério da Justiça

10 MAR 2016

Wellington Silva terá de decidir entre o Ministério Público e o Executivo

Decisão terá impacto em vários governos estaduais e municipais; Planalto já discute substitutos para o cargo

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

O governo de Dilma Rousseff sofreu uma derrota nesta quarta (9) com a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que proibiu o recém-empossado ministro Wellington Lima e Silva (Justiça) de acumular a carreira no Ministério Público com o cargo no Executivo. Ele terá 20 dias para se decidir por um ou por outro.

A decisão terá impacto em vários governos estaduais e municipais e foi tomada por dez ministros que declararam ser inconstitucional a ocupação por procurador ou promotor de um cargo público no Executivo, exceto para exercer função de professor.

Indicado pelo ministro Jaques Wagner (Casa Civil) para substituir José Eduardo Cardozo, que acabou deslocado para a Advocacia-Geral da União devido a desgastes acumulados com a Lava Jato, Wellington é membro do Ministério Público da Bahia desde 1991 e está no comando da pasta há menos de uma semana.

A alternativa para evitar a saída da Justiça seria o ministro abandonar a carreira de procurador ou se aposentar. Nos bastidores, o Planalto já vem discutindo substitutos. A bolsa de aposta inclui desde deputados do PT até ex-ministros. Até a conclusão desta edição, Lima e Silva não havia se pronunciado.

O STF discutiu uma ação do PPS questionando a constitucionalidade de um membro do Ministério Público exercer função no Executivo. Ao STF, o partido argumentou que a medida viola o princípio constitucional da separação dos poderes, do qual deriva a independência funcional do Ministério Público.

Segundo a legenda, o artigo 128 da Constituição veda expressamente que promotores e procuradores de Justiça exerçam qualquer função fora da carreira, salvo a de professor.

A maioria do STF defendeu que o fato de integrante do MP ser nomeado para cargo no Executivo fere a independência entre os poderes.

Segundo dados da Procuradoria-Geral da República, a decisão do STF terá efeito em pelo menos 17 casos de integrantes do MP que ocupam cargos de secretários estaduais em São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, por exemplo. Já o ministro

Gilmar Mendes disse que há informações de que são 22 promotores ou procuradores nomeados.

Relator do caso, Gilmar criticou a decisão do Conselho Nacional do Ministério Público que revogou, em 2011, resolução do próprio órgão que vedava indicação de membros do MP para o Executivo. “É um verdadeiro estupro constitucional”. No julgamento, a ministra Cármen Lúcia citou a crise política e ainda mandou recado ao governo. “Se os tempos estão difíceis, não façam estripulias”.

O ministro Luís Roberto Barroso afirmou que ser ministro de Estado e secretário de Estado não deixa de ser ter uma atuação político-partidária.

O ministro Marco Aurélio Mello foi o único a votar pela rejeição da ação do PPS, sob o argumento de que o tipo da ação utilizada pelo partido não era adequado para questionar a nomeação.

Em sua estreia no comando da Advocacia-Geral da União no STF, Cardozo pediu a manutenção de Wellington. “A harmonização é total com o Ministério Público. Não há nada que desborde do significado de alguém ser ministro da Justiça e membro do Ministério Público, não há incompatibilidade”, disse.

Os ministros Marco Aurélio, Fux e Toffoli chegaram a brincar que se estivesse em julgamento uma liminar (decisão provisória) para Cardozo retornar ao Ministério da Justiça, eles votariam a favor. Marco Aurélio disse que Cardozo engrandeceu o Ministério da Justiça.

CONTINUA

10 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PODE OU NÃO PODE?

O que diz a Constituição sobre impedimentos a membros do Ministério Público

Andressa Anholete/AFP



Wellington César Lima e Silva, nomeado para a Justiça

É vedado, a membros do Ministério Público, “exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério”

Art. 128, parágrafo 5º, inciso II, alínea d

Condição do funcionário público estável que, por decisão governamental ou extinção do seu cargo, está afastado do exercício de suas funções mas não perde seus direitos, podendo ser chamado novamente a servir

O CASO DO MINISTRO E PROCURADOR

O problema

Lima e Silva foi empossado em 3.mar como novo ministro da Justiça. Antes procurador-geral adjunto da Bahia, pediu exoneração do cargo no Ministério Público em 7.mar. Maioria no STF decidiu que, mesmo assim, nomeação é inconstitucional



O que diz quem é contra a nomeação

Para poder assumir o Ministério da Justiça, Wellington César teria que se desligar completamente do cargo, mediante demissão ou aposentadoria



O que diz quem defende a nomeação

A proibição vale só para acúmulo de funções do cargo do Ministério Público com outra função pública. O afastamento do cargo é suficiente

QUEM FORAM OS MINISTROS MAIS BREVES

No governo Dilma

No Ministério da Justiça, desde 1985

| Nome | Dias no cargo | Ministério | Período |
|------------------------------|---------------|------------------|-----------|
| Cid Gomes | 76 | Educação | 2015 |
| Pepe Vargas | 96 | Relações Instit. | 2015 |
| Antonio Palocci | 157 | Casa Civil | 2011 |
| Milton Seligman | 44 | Justiça | 1997 |
| Miguel Reale Júnior | 98 | Justiça | 2002 |
| Aloysio Nunes Ferreira Filho | 140 | Justiça | 2001-2002 |

10 MAR 2016
FOLHA DE S. PAULO
**'Recebo aplausos e vaias',
diz mãe de Moro**

Hostilizada durante homenagem, Odete, 70,
afirma que manifestações não a afetam

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM
MARINGÁ (PR)

Mãe do juiz Sergio Moro, a professora aposentada Odete Starke Moro, 70, foi surpreendida na terça (8) por gritos e vaias de um grupo de manifestantes pró-Lula durante evento em que seria homenageada na Câmara de Vereadores de Maringá (PR).

Ela falou à **Folha** nesta quarta (9), por telefone. A homenagem, parte de sessão solene pelo Dia Internacional da Mulher, era em reconhecimento ao trabalho social que realiza na Igreja Católica. (CARLOS OHARA)

Folha - A manifestação afetou a sra. de alguma forma?

Odete Moro - De jeito nenhum. É normal. Eles [os manifestantes] são fiéis, idealistas. Tenho certeza absoluta de que meu filho está fazendo um trabalho certo, muito superior a essa manifestação. São pessoas ligadas ao PT que estavam ali. Acho que eles têm toda a liberdade para se manifestar dessa forma.

A superexposição do trabalho do seu filho mudou sua rotina?

Sou uma pessoa normal e tenho que conviver com isso aí. Se ele está exposto à mídia, isso não me afeta. Como mãe, estou sujeita a manifestações como a de ontem [terça].

Isso já aconteceu antes?

Hostilidade não, foi a primeira vez. Mesmo aquelas pessoas, embora tivessem gritado, não me fariam mal algum. Não partiriam para agressão.

E manifestações de apoio ao seu filho?

Isso sim. Sempre que sabem que sou a mãe do juiz Sergio Moro, querem tirar fotos e são afetuosos comigo.

Moro ficou preocupado com o que ocorreu ontem?

Ele só ligou para saber como eu estava. Mas não teve nada que afetasse a integridade da pessoa ou que causasse qualquer transtorno emocional. Eu recebo os aplausos e as vaias [risos]. Uns gostam e outros não gostam do trabalho dele. O livre arbítrio é para todos.

Há boatos que seu marido [Dalton Áureo Moro, professor universitário morto em 2005] foi um dos fundadores do diretório do PSDB em Maringá.

Meu marido nunca foi ligado à política. É que as pessoas querem ligar o Sergio ao PSDB. Só que isso não existe. Eles não se conformam e procuram de todas as formas ligar ele ao PSDB.

Como a senhora vê o reflexo que o trabalho dele tem na situação política do país?

Eu tenho acesso às informações que saem em jornais, revistas e TV. Tenho orgulho do meu filho, da força tarefa da Lava Jato, da Polícia Federal. Formam uma equipe que está trabalhando visando o bem do Brasil.



Odete, mãe do juiz Sergio Moro, homenageada em Maringá

10 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

ASSIM NÃO

Ministro da Justiça no governo de Fernando Henrique Cardoso, o advogado José Carlos Dias engrossa o coro dos que criticam a decisão do juiz Sergio Moro de conduzir Lula coercitivamente para prestar depoimento. “Houve um abuso”, afirma. “Lula não foi intimado. Portanto, não poderia ter sido levado coercitivamente.” José Gregori, que também foi titular da Justiça de FHC, já tinha criticado a decisão.

ASSIM NÃO 2

Dias critica, no entanto, advogados que fazem paralelo entre o momento atual e a ditadura. “Naquela época as pessoas eram torturadas e desapareciam. Hoje é totalmente diferente. Temos que criticar os excessos, mas essa comparação é absurda”, afirma o ex-ministro.

FOLHA DE S. PAULO

MATIAS SPEKTOR

Mãos Limpas

Tudo começou em 1992, quando um juiz da comarca de Milão desvendou um esquema de financiamento ilegal de campanhas. A operação expôs um propinoduto envolvendo a maior petrolífera do país e terminou expedindo 3.000 mandados de prisão. O escândalo derrubou o governo do dia, implodiu os dois partidos mais poderosos e pôs gente graúda na cadeia.

O juiz responsável pela operação Mãos Limpas tinha 42 anos e uma equipe de promotores jovens com quem aplicou a chamada “teoria dos jogos” a um sistema de delações, fórmula que fez caciques dos partidos e magnatas da indústria caírem como peças de dominó.

A classe política reagiu, partindo para o ataque.

A contraofensiva inicial veio de Bettino Craxi, ex-primeiro-ministro e chefe do partido socialista. Acusado de crimes de corrupção, favorecimento de familiares e de empresas amigas, Craxi adotou a tática da vitimização: acusou a investigação de ser seletiva e, ao condenar a esquerda, fazer o jogo da direita. Craxi tentou justificar a comprovada roubalheira dizendo que todos os partidos faziam o mesmo, mas foi condenado a 27 anos de prisão (livrou-se do xilindró fugindo para a Tunísia, onde tinha casa de descanso e era amigo do ditador Ben Ali).

A segunda contraofensiva da classe política foi mais eficaz. Seu líder era um empresário da mídia que estava prestes a ser condenado pela operação: Silvio Berlusconi.

Ele saiu candidato, virou primeiro-ministro e, no centro do poder, usou o pódio não apenas para se apresentar como vítima da sanha justiceira dos promotores, mas para lançar contra eles uma campanha de difamação: acusou-os de serem corruptos.

10 MAR 2016

A acusação nunca deu em nada, mas atrasou o calendário da operação, dividiu o Judiciário e a opinião pública.

A pressão bastou para que o juiz responsável se demitisse e optasse por entrar para a política.

Berlusconi caiu em seguida, mas evitou a cadeia com táticas protelatórias e, seis anos depois, voltou ao ataque, empossado de novo como primeiro-ministro.

Desta vez, sua ofensiva foi brutal. Em conluio com os principais partidos, ele aprovou leis para limitar a autonomia do Judiciário, reduzir o poder dos promotores e descriminalizar o caixa dois.

As acusações contra ele foram arquivadas, abrindo-lhe o caminho para quase nove anos de mandato.

Sem dúvida, a operação Mãos Limpas representa uma faxina inédita na história da Europa, mas sua vitória foi parcial. A Itália ocupa hoje o mesmo lugar nos rankings internacionais de corrupção que ocupava antes do início da investigação. Quem ganhou foram Berlusconi e sua turma, com apoio popular.

MATIAS SPEKTOR escreve às quintas-feiras nesta coluna.

10 MAR 2016

GAZETA DO POVO

● QUADRO NEGRO

Envolvida em esquema de corrupção da educação se entrega

● Uma das envolvidas no esquema de corrupção investigado pela Operação Quadro Negro, Viviane Lopes de Souza, que estava foragida desde 15 de janeiro, se apresentou ontem na sede do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Ela será encaminhada para a Penitenciária Feminina de Piraquara (PPF).

Viviane teve a prisão preventiva decretada pelo juízo da 9.ª Vara Criminal de Curitiba. Ela é irmã de Eduardo Lopes de Souza, proprietário da construtora Valor, empresa que teria recebido indevidamente cerca de R\$ 18 milhões da Secretaria da Educação (Seed), segundo denúncia apresentada pelo Ministério Público Estadual (MP).

A Valor venceu dez licitações da Seed entre 2011 e 2014 para reforma, ampliação e construção de escolas estaduais. As obras não foram realizadas, mas a Valor recebeu quase a totalidade dos pagamentos. Em dezembro, o MP denunciou 15 pessoas pelo esquema de corrupção, entre eles Viviane, Eduardo e a esposa dele, Patrícia Isabella Baggio.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Terra em transe

A terra está em transe pelos lados do Centro Cívico desde os primeiros dias desta semana. Há vários motivos para o treme-treme, mas um deles apareceu com mais força ontem: pode acontecer a qualquer momento a oferta de delação premiada do dono da construtora Valor, Eduardo Lopes de Souza, atualmente cumprindo prisão preventiva. Em conluio com agentes públicos, ele teria desviado quase R\$ 20 milhões da Secretaria da Educação para construção de escolas que nunca entregou, segundo concluiu o Gaeco, que conduziu a Operação Quadro Negro.

A delação, se acontecer, vai contrariar as recomendações de seu advogado, Roberto Brzezinski, mas atenderá a pressões familiares muito fortes. Pelo menos dois outros membros da família de Eduardo — a irmã e a esposa — estão com preventivas decretadas. A irmã, Viviane Souza, engenheira responsável da Valor, estava foragida há dois meses, mas se apresentou ontem e foi levada à Penitenciária Feminina de Piraquara. A mulher de Eduardo se concedeu o benefício da prisão domiciliar por estar amamentando um filho de poucos meses.

Viviane se entregou após ver fracassado seu pedido de habeas corpus, negado pelo desembargador José Maurício Pinto de Almeida, da 2.^a Câmara Criminal do TJ. O magistrado entendeu que, solta, a engenheira poderá atrapalhar a continuidade das investigações e blindar patrimônio obtido pela família com dinheiro desviado.

10 MAR 2016

Na decisão em que nega o habeas corpus, o desembargador lembrou que foi Viviane a portadora de uma oferta de R\$ 700 mil a duas “laranjas” da construtora para que se calassem sobre o esquema.

Eduardo Souza está preparado para a delação, tanto que, antes de ser preso, determinou a uma advogada da empresa que elaborasse documento “com todo o modus operandi, bem como com o nome de cada um dos beneficiados do esquema”, citando pessoas “pertencentes à cúpula do governo do estado, membro do Tribunal de Contas e da Assembleia”.

Este documento, apreendido pelo Gaeco, serviu de base para o prosseguimento de investigações pela Procuradoria Geral de Justiça (leia-se Rodrigo Janot) contra o conselheiro Durval Amaral e o deputado Ademar Traiano, presidente da Assembleia.

Eduardo poderia colaborar muito mais com Janot e com o Gaeco se contar tudo o que sabe: enquanto joga xadrez em sua cela com o ex-deputado André Vargas (condenado pela Lava Jato), pensa muito em tomar logo esta providência para reduzir as penas a que está sujeito se for condenado e também as de membros de sua família (a mulher e duas irmãs). É por isso tudo que a terra entrou em transe.

10 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Em 1 ano, PR tem 109 casos de feminicídio

Lei que tipificou violência contra mulheres faz aniversário hoje. Denúncias na Justiça incluem homicídios e tentativas de assassinato por razões de gênero

Carolina Pompeo

● O Paraná tem hoje 109 homens respondendo a processos por feminicídio, de acordo com dados do Ministério Público do Paraná (MP-PR). Esse é o número de denúncias ajuizadas desde março do ano passado com base na Lei 13.104/2015, a Lei do Feminicídio, que completa um ano hoje.

As ações incluem homicídios e tentativas de assassinato contra mulheres motivados por razões de gênero — seja no contexto de violência doméstica e familiar, seja em uma situação de menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Até o momento, nenhum acusado foi levado a júri, como prevê a lei.

Das 109 denúncias ajuizadas, 99 se referem a crimes ocorridos em 2015. Desse total, em 40 casos o homicídio foi consumado; nos outros 59 houve a tentativa de assassinato. Os autores dos crimes são, em sua maioria, companheiros, ex-companheiros ou filhos das vítimas.

Violência extrema

Dados fornecidos pelo Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (Nupige), do MP-PR, revelam a extrema violência aplicada contra as vítimas de feminicídio: 24 mulheres foram mortas por facadas; sete, por disparos de arma de fogo e cinco, por asfixia. As outras mortes foram provocadas por espancamento, apedrejamento e amputação.

Nos casos em que as mulheres sobreviveram às tentativas de assassinato, os acusados agrediram as vítimas por meio de estrangulamento, afogamento, atropelamento, disparos de arma de fogo e facadas.

A promotora Mariana Bazzo, coordenadora do Nupige, considera que o alto número de denúncias feitas em um ano evidencia o fato de que a violência contra a mulher é um fenômeno cultural.

Segundo o Ministério Público, na maioria dos casos, os crimes contra mulheres são cometidos por motivos fúteis.

“Com a lei, finalmente conseguimos demonstrar que a violência existe, que é intensa e acontece em grande quantidade.” A promotora destaca ainda que o número de denúncias tende a aumentar, pois muitos casos ainda estão em fase de investigação.

Fim do relacionamento é a principal causa de agressões e homicídios

● As informações fornecidas pelo Nupige também mostram que as principais causas dos feminicídios e das tentativas de assassinato contra mulheres são o ciúme e o inconformismo, por parte do agressor, com o fim do relacionamento. Outros motivos alegados foram a desobediência da vítima, a recusa da mulher em realizar aborto e desentendimentos por motivos fúteis. “As denúncias ajuizadas revelam um padrão de violência e motivação dos crimes. Em todos os casos, a violência contra a mulher foi aplicada como punição, como castigo porque ela contrariou uma suposta autoridade do homem, seja porque terminou o relacionamento, seja porque desobedeceu uma ordem”, avalia a promotora Mariana Bazzo.

Quem são as vítimas

As vítimas de feminicídio são, em sua maioria, companheiras e ex-companheiras dos agressores, mas há também mães assassinadas por seus filhos (nos três casos apurados pelo Ministério Público, as mães foram mortas em um contexto de desentendimento por motivo torpe) e parentes do agressor. A violência direcionada a companheira muitas vezes faz também outras vítimas, como os filhos e pais daquela mulher.

749 MIL

atendimentos foram realizados pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 no ano passado, de acordo com balanço divulgado pela Secretaria de Política para as Mulheres do governo federal. A média mensal de atendimentos foi de 62 mil – o equivalente a cerca de 2 mil ligações todos os dias. A procura pelo serviço cresceu 54% entre 2014 e 2015.

10 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Paraná perde posse da Vila Capanema

Dois dos três desembargadores que analisam o processo votaram contra a manutenção do terreno do estádio com o Tricolor e deram vitória à União

Felipe Raicoski

● A União venceu o Paraná no processo pela posse do terreno da Vila Capanema no Tribunal Regional Federal de Porto Alegre (TRF-4). Nesta quarta-feira (9), o desembargador revisor do processo, Ricardo Teixeira do Valle Pereira, deu voto favorável ao governo federal, concordando com o relator do caso, o desembargador Fernando Quadros da Silva, que havia declarado que a União seria a dona legítima do local por possuir o registro de matrícula do imóvel. Dessa forma, dois dos três desembargadores da 3.ª Turma do TRF-4 foram contra a manutenção do terreno do estádio com o Tricolor.

O processo ainda não tem sentença final, já que a desembargadora Marga Inge Barth Tessler não votou e pediu vistas do processo.

Segundo a assessoria da procuradora Andrea Falcão de Moraes, da Procuradoria Regional da República, responsável pelo parecer do processo, o que está em discussão nesta fase é a posse do terreno (que já foi decidida) e se o clube terá direito à indenização.

RESPOSTA

A diretoria do Paraná, por meio da assessoria de imprensa, afirma que não vai se manifestar sobre o assunto até a conclusão da ação, já que qualquer parecer do clube neste momento pode interferir no processo. O Tricolor esclarece que, por não ter sido computado o terceiro voto, o caso não está 100% definido e ainda pode sofrer uma reviravolta.

O pedido de vistas da desembargadora foi feito para analisar a documentação do processo e determinar o mérito das duas questões.

Além disso, o Tricolor ainda teria direito a recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília.

A área onde está o Durival Britto pertencia à Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) — o Ferroviário, um dos clubes que deu origem ao Tricolor, era formado por funcionários da empresa estatal de transporte. Em 2007 a RFFSA foi extinta e seu espólio passou para a União. Há 44 anos, desde que o Ferroviário se juntou ao Britânia para formar o Colorado, o processo pelo imóvel corre na Justiça.

Troca

Antes do resultado adverso no TRF-4, a diretoria do Paraná já cogitava uma permuta para continuar na Vila Capanema. A proposta era costurar um acordo em que o Tricolor seguiria no Durival Britto em troca de um dos imóveis de propriedade do clube. Entretanto, o clube não revelou qual seria o patrimônio oferecido à União: a Vila Olímpica do Boqueirão, parte da sede social da Kennedy ou o CT Ninho da Galinha.

10 MAR 2016

GAZETA DO POVO

MP denuncia Lula por ocultar patrimônio

Ministério Público de São Paulo apresentou denúncia à Justiça contra o ex-presidente Lula por lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e por omitir propriedade de apartamento

● O Ministério Público de São Paulo apresentou à Justiça nesta quarta-feira (9) a denúncia contra o ex-presidente Lula no caso do triplex do Guarujá. O petista será acusado de ocultamento de patrimônio, uma modalidade de lavagem de dinheiro, e falsidade ideológica. Se a denúncia for aceita pela Justiça, Lula passa a ser réu na ação.

O filho mais velho do ex-presidente, Fábio Luiz Lula da Silva (Lulinha), o ex-tesoureiro do PT João Vaccari e o ex-presidente da OAS Léo Pinheiro também foram denunciados pelo MP paulista.

O triplex foi reformado para a família de Lula, com gastos de cerca de R\$ 700 mil, pela empreiteira OAS. Em 2004, a mulher de Lula, Marisa Letícia, havia comprado um apartamento simples da Bancoop e declarado à Receita. O triplex, no entanto, nunca apareceu no patrimônio da família. O Instituto Lula diz que o empresário Léo Pinheiro fez as reformas para Lula, mas a família preferiu não ficar com o imóvel.

A peça com a acusação contra Lula foi preparada pelos promotores Cássio Conserino, Fernando Henrique Araújo e José Carlos Blat. O Ministério Público manteve a peça em sigilo e convocou uma entrevista para esta quinta (10) para explicar a denúncia.

Parcialidade

O advogado de Lula, Cristiano Zanin Martins, disse que desconhece o conteúdo da denúncia. “Essa ação só confirma a parcialidade com que o assunto está sendo conduzido. Essa denúncia foi anunciada no dia 22 janeiro para a revista ‘Veja’, antes de ele [promotor Cássio Conserino] concluir as investigações. O Conselho Nacional do Ministério Público já disse que ele não é o promotor natural do caso e isso será levado a Justiça.”

Zanin afirma ainda que “este ato confirma o conflito de atribuições entre Ministério Público Estadual de São Paulo e o Ministério Público Federal de Curitiba [que estariam investigando os mesmos fatos]”.

Os advogados de Lula estão questionando no STF (Supremo Tribunal Federal) a investigação conduzida em duas frentes.

R\$ 700 MIL

valor gasto pela empreiteira OAS em reformas no apartamento triplex no edifício Solaris, no Guarujá, litoral Paulista. Feito para a família de Lula, o apartamento foi comprado em 2004, declarado ao imposto de renda em 2006, mas não apareceu no patrimônio do ex-presidente, que depois disse não ser dono do imóvel.

Caixas em depósito de São Bernardo tinham as palavras ‘sítio’ e ‘praia’

● Imagens feitas sexta-feira passada pela Polícia Federal (PF) em um depósito de São Bernardo do Campo (SP) mostram as palavras “sítio” e “praia” escritas nas caixas que guardariam os pertences trazidos de Brasília pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As fotografias aparecem em um pedido feito pelo delegado Márcio Anselmo para que o juiz Sérgio Moro informasse se o material deveria ser apreendido ou apenas catalogado.

No relatório, os policiais federais não fazem nenhuma relação entre essas caixas e o sítio de Atibaia ou o triplex do Guarujá, no litoral. O delegado diz apenas que há indícios que o aluguel do depósito foi pago pela construtora OAS, por R\$ 21,5 mil mensais. Segundo a investigação da Lava Jato, a OAS teria pago R\$ 1,3 milhão para armazenar itens do ex-presidente entre janeiro de 2011 e janeiro deste ano, em um acordo negociado pelo presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto.

CONTINUA

10 MAR 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Após denúncia, Lula deve partir para o 'matar ou morrer'

Laura Beal Bordin

● Após a formalização da denúncia, Lula não deve recuar da posição em que se colocou após a 24ª fase da Lava Jato, que o levou a prestar depoimento sobre o caso. Mais do que isso – o ex-presidente deve intensificar o discurso de ser uma vítima da Justiça e do jogo político da oposição para acabar com o PT. Segundo o cientista político Humberto Dantas, professor do Insper e da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a denúncia formal do MP não deve mudar a forma combativa com que Lula tem se manifestado. "Não há na denúncia nenhum fato novo que faça com que o ex-presidente mude o discurso. Esse é típico Lula, aventureiro e extremamente personalista. O pior ele já tem, agora é matar ou morrer", disse. Para o cientista político Bruno Bolognesi, a judicialização do fato não deve alterar a forma com que Lula e o partido tem se posicionado. "Uma denúncia formal não altera nada pois o julgamento político já está sendo feito. Talvez, seja um ponto a mais para a ficha de Lula", comentou.

10 MAR 2016

GAZETA DO POVO

RESPOSTA

“Minhas motivações nunca foram partidárias”, diz juiz Moro a empresários

Katna Baran

● O juiz federal Sérgio Moro se manifestou pela primeira vez sobre as críticas de que haveria fundo partidário na sua atuação à frente da Lava Jato. “Esse tipo de coisa me incomoda”, declarou. O magistrado participou de um evento com empresários do Paraná na noite desta quarta-feira (9), no Castelo do Batel, em Curitiba.

Citando a circulação de uma falsa notícia de que seu pai seria um dos fundadores do PSDB em Maringá, Moro ressaltou que nunca teve motivações partidárias para condenar ou inocentar réus.

“Meu pai já é falecido, era professor de Geografia, talvez a pessoa mais honesta que eu conheci. Tenho zero ligação com partidos (...). O juízo trabalha com fatos. Interesses partidários não são o caso dentro da minha profissão”, declarou.

Na palestra, Moro detalhou casos já julgados no âmbito da Lava Jato e pediu desculpas por não poder comentar ações que ainda tramitam na Justiça Federal. Ele também comentou a situação econômica do Brasil. “Me sinto consternado com o quadro econômico do país, mas acredito que a culpa não é da Lava Jato”, disse.



Sérgio Moro durante evento em Curitiba:

“É preciso trabalhar contra a corrupção:

sistêmica, o que é bom em todos os sentidos”.

GAZETA DO POVO

IMUNIDADE

Como ministro, Lula escaparia de Moro e da Justiça de SP

Kelli Kadanus, com Agências

10 MAR 2016

● No mesmo dia em que teve a primeira denúncia contra si oferecida à Justiça, pelo Ministério Público de São Paulo, Luiz Inácio Lula da Silva manteve negociações em busca de blindagem para essa investigação e as conduzidas pela Operação Lava Jato. O Palácio do Planalto abriu as portas para que o ex-presidente passe a integrar o ministério de Dilma Rousseff, medida que o livraria da mão pesada do juiz federal Sergio Moro.

Como ministro, Lula deixaria de ser investigado na primeira instância, na Justiça Federal do Paraná, onde Moro conduz os processos da Operação Lava Jato, ou em qualquer justiça estadual. Apenas o Supremo Tribunal Federal (STF) teria competência para investigá-lo. "Se ele é ministro de Estado, tem prerrogativa de foro e as ações judiciais em que ele seja réu são de competência do Supremo Tribunal Federal", diz o cientista político e especialista em direito constitucional Arlindo Oliveira. No STF, o ritmo das investigações da Lava Jato é bem diferente do de Curitiba, onde são investigados os suspeitos sem foro privilegiado.

Cálculo político

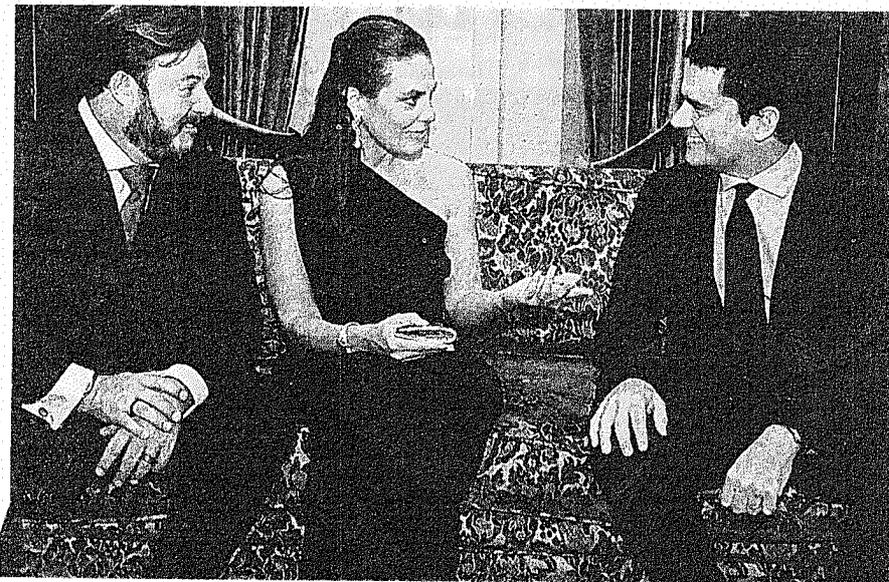
Antes de ser alvo da Lava Jato, Lula já havia recusado um convite para tornar-se ministro de Dilma. Na ocasião, ele teria avaliado que era melhor esperar a "arbitrariedade" [os petistas dizem que o envolvimento de Lula nas investigações é uma arbitrariedade da Polícia Federal] e ver o movimento das ruas.

Além do fato de só poder ser investigado pelo STF, outro fator pesaria a favor. "O problema todo diz respeito a mudança da lei da ilegitimidade, que foi alterada pela lei da Ficha Limpa em 2010", diz Oliveira. "Ela diz que, em certos tipos de processo, se uma pessoa for condenada por um juiz e a sentença for confirmada por uma turma colegiada, o processo continua, mas ela se torna inelegível", explica Oliveira.

10 MAR 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA



O juiz federal Sergio Moro conversou reservadamente com o presidente do Lide Paraná, Fabrício de Macedo, e com a diretora da Unidade Jornais do GRPCom, Ana Amélia Cunha Pereira Filizola, antes da palestra dele ontem à noite, no Castelo do Batel.

Mais aplausos a Moro

O juiz Sergio Moro foi recebido com demorados aplausos pela plateia, de pé, ao ter seu nome anunciado ontem pela mestre de cerimônias no jantar do Lide Paraná, no Castelo do Batel, onde deu a palestra "Empresas e Corrupção". Ele foi ao evento acompanhado da mulher, Rosângela. Os dois foram recebidos pelo presidente do Grupo de Líderes Empresariais regional, Fabrício de Macedo, em uma sala reservada antes da cerimônia. Hoje, Moro volta ao assunto na Fiep, onde participa do 2º Fórum Transparência e Competitividade, ao lado do jurista e professor Modesto Carvalhosa e do jornalista William Waack, entre outros. Ele fará a palestra de encerramento, com o tema "Corrupção, empresas e controle".

Justiça fica sem ministro no ápice da Operação Lava Jato

STF suspende a nomeação de Wellington Silva e causa nova dor de cabeça ao governo em meio ao processo de impeachment e denúncias contra Lula

| *Euclides Lucas Garcia*

● Pasta responsável pela Polícia Federal (PF), o Ministério da Justiça está sem comando em meio ao ápice dos problemas do governo federal no âmbito da Operação Lava Jato. Empossado na quinta-feira (3), Wellington Cesar Silva não poderá permanecer no cargo por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) — a menos que abra mão da carreira no Ministério Público (MP) da Bahia. A trapalhada na nomeação é mais um ingrediente no caldeirão fumegante do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) e da possibilidade de prisão do ex-presidente Lula.

Indicado pelo ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, Wellington é membro do MP baiano desde 1991. De acordo com o artigo 128 da Constituição, porém, promotores e procuradores estão impedidos de exercer qualquer função fora da carreira, exceto a de professor. Com base na regra, o PPS questionou o caso no STF e saiu vitorioso: por 10 votos a 1, a Corte suspendeu a nomeação de Wellington. Pela decisão, membros do Ministério Público terão 20 dias

a partir da publicação da ata do julgamento para deixarem cargos no Executivo ou a carreira no MP.

O furacão em torno da pasta já era imenso em meio às pressões do PT, de Lula e de setores empresariais para destituir José Eduardo Cardozo, sob a alegação de que ele não estaria exercendo o comando necessário sob a PF nos desdobramentos da Lava Jato. Presionado, ele deixou o ministério — e foi realocado na Advocacia-Geral da União (AGU) — no momento exato para não ser o titular da pasta em meio ao vazamento da delação do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) e da condução coercitiva de Lula.

Novos nomes surgem

Sem comando num momento crucial, com o PT envolvido na maior crise política desde que assumiu o poder em 2003, o Ministério da Justiça já tem nomes especulados para chefiá-lo. O mais cotado é o do deputado petista Paulo Teixeira (SP), considerado hábil, próximo a Lula e com trânsito entre líderes do PSDB. Também fala-se em Gilson Dipp (ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça), Sigmaringa Seixá (ex-deputado federal) e Wadih Damous (deputado federal pelo Rio).

Seja quem for o escolhido, Dilma não escondeu de aliados a contrariedade em torno da confusão criada pela nomeação de Wellington, que, para ela, deveria ter sido evitada. Mais do que isso, na situação emergencial vivida pelo governo, o Planalto tem consciência de que o novo ministro terá uma missão espinhosa.

CONTINUA

10 MAR 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

FAÇA SUA APOSTA

Veja quem são os cotados para assumir o Ministério da Justiça, caso se confirme a saída de Wellington Cesar Silva:



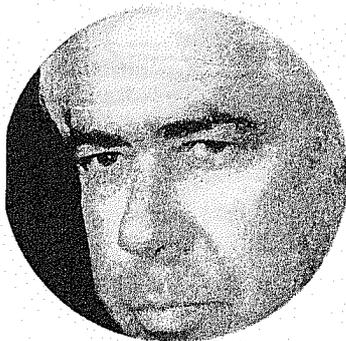
PAULO TEIXEIRA
Deputado federal
(PT-SP)

É o nome mais cotado, considerado hábil, próximo ao ex-presidente Lula e com trânsito entre líderes do PSDB.



GILSON DIPP
Ministro aposentado
do Superior Tribunal
de Justiça

Deu posse ao juiz Sergio Moro em Curitiba e tem o respeito de magistrados, entre eles, o próprio Moro, segundo o *Correio Braziliense*.



SIGMARINGA SEIXAS
Ex-deputado federal
(PT-DF)

Tem bom trânsito com diversos partidos, principalmente entre petistas e Lula. É advogado e atuou no enfrentamento à ditadura.



WADIH DAMOUS
Deputado federal
(PT-RJ)

É próximo a Lula e chegou a dizer, em entrevista à Rede TV, que a "banalização da prisão preventiva, indefinida, transforma Curitiba numa espécie de Guantánamo".

10 MAR 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



10 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Lei que tornou feminicídio crime hediondo completa um ano

Desde a sanção, MP-PR
registrou 109 denúncias,
incluindo casos tentados
e consumados.

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba – Há exatamente um ano, entrava em vigor a lei 13.104, que tornou o feminicídio, modalidade de homicídio motivada por gênero, crime hediondo no Brasil, assim como ocorre com o estupro, o genocídio e o latrocínio. Desde então, o Ministério Público (MP) do Paraná registrou 109 denúncias, incluindo casos tentados e consumados. A média é de nove assassinatos desta natureza a cada 30 dias - mais de dois por semana. Segundo a promotora Mariana Seifert Bazzo, coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (Nupige) do MP, a maioria é cometida por companheiros ou ex-companheiros das vítimas, tomados por uma "sensação de posse". "Ficou bem escancarado que o número é enorme. São denúncias que na verdade estão oferecidas no Poder Judiciário, que já foram ajuizadas e se tornaram ações penais. Ou seja, existem ainda inquéritos policiais e boletins de ocorrência de situa-

ções que sequer adentram (as estatísticas). É realmente assustador", disse. "A gente não está mais falando de qualquer tipo de morte de mulher. Fecha-se na motivação de gênero. Simplesmente reflete um problema da violência oriunda do fenômeno cultural que é o machismo."

A legislação, que alterou o Código Penal, se aplica em duas situações: violência doméstica familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A pena prevista varia de 12 a 30 anos, podendo ser agravada em algumas situações. No balanço do Nupige, 99 denúncias se referem a 2015. Ciúme, inconformismo com o término de relacionamentos, desentendimento e "desobediência" estão entre as alegações dos autores.

Chama a atenção, no levantamento, a crueldade com que os golpes foram efetuados. Há casos de marteladas na cabeça, facadas no pescoço, no tórax, clavícula e abdômen, espancamento e asfixia mecânica, além de atropela-

mento e disparos de arma de fogo em diversas partes do corpo. "São fruto meramente do sentimento de que o homem deve ter a posse, o domínio sobre a companheira", pontuou Mariana Bazzo.

A promotora lembrou que até pouco tempo atrás o próprio ordenamento jurídico do País aceitava a "legítima defesa da honra" como justificativa para as agressões. O Estatuto da Mulher Casada, por exemplo, que considerava a mulher incapaz para os atos da vida civil, é de 1962. "A legislação começou a dizer que se a mulher não quiser mais o relacionamento, obedecer determinada ordem, e se for violentada, haverá punição", explicou.

CONTINUA

10 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Apesar dos avanços, o que falta, conforme Mariana Bazzo, é uma maior capacitação dos profissionais da segurança pública e do Direito para lidar com o problema. "Não há sensibilização suficiente dos agentes públicos destinados a investigar os crimes e atender às vítimas. Mas existe sim uma grande evolução, porque o MP e a própria polícia estão com recortes nas suas instituições que visam a tentar compreender a violência de gênero. O Nupige promove capacitações, para que todos tenham um olhar humanizado, que não culpabilize a vítima".

TENTATIVA

Na noite de terça-feira, uma jovem de 20 anos foi baleada no local de trabalho em Itaipulândia (Oeste). Flávia Trenin da Costa foi atingida na nuca, cabeça e rosto. De acordo com a Polícia Militar, o autor dos disparos foi o ex-namorado da vítima. O suspeito conseguiu fugir. A vítima foi socorrida e levada ao Hospital Municipal de Foz do Iguaçu. (Com Grupo Folha)

CONTINUA

PR instituiu 9.034 inquéritos de lesão corporal em 2015

Curitiba - O Paraná registrou, segundo balanço da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp), enviado ontem à FOLHA, 9.034 inquéritos de lesão corporal em 2015, resultado da violência doméstica e familiar. Destes, 1.380 aconteceram em Curitiba, 396 em Maringá, 378 em Foz do Iguaçu, 290 em Ponta Grossa, 209 em Cascavel e 194 em Londrina. Apenas nos primeiros dois meses de 2016, houve 1.310 situações, enquanto em 2014 foram 9.729.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Violência contra a Mulher, instaurada na Assembleia Legislativa (AL), a Sesp já havia informado que contabilizou 75.217 crimes contra pessoas do sexo feminino no ano passado, o que significa uma média de oito por hora, incluindo agressão, ameaça, difamação, estupro, calúnia e assédio sexual. Conforme a coordenadora das Delegacias da Mulher do Paraná, Ana Cláudia Machado, a pasta ainda não tem estatísticas separadas dos feminicídios. O sistema, no entanto, estaria em desenvolvimento.

“Há uma realidade mesmo de aumento dos casos, daquilo que seria o último grau da violência contra a mulher – acabar por matá-la. A lei (13.104) é um retrato do que infelizmente se via. Mas o que se precisa tomar cuidado é que não é sempre que a mulher é morta que ocorre o feminicídio. Tem de haver a razão específica. Numa dis-

puta por ponto de tráfico, por exemplo, a qualificadora é diferente”, afirmou.

Outro ponto destacado por Ana Cláudia é que existe uma subjetividade quanto ao inciso II do artigo 1º, que trata do menosprezo ou discriminação à condição de mulher. “Às vezes os indícios apontam, mas fica difícil comprovar. Quando a gente chega ao local de um crime, tem de analisar todas as hipóteses. É muito complicado, durante a investigação policial, no boletim de ocorrência, que é a primeira peça, determinar. É necessária a coleta de várias provas”, explicou. Por essa razão, justifica, que muitos assassinatos são noticiados na imprensa como crimes comuns, passando para a tipificação correta somente quando chegam ao Ministério Público (MP) ou ao Judiciário e são formalizadas as denúncias.

20 DELEGAÇÕES; 399 MUNICÍPIOS

O Paraná possui 18 delegacias especializadas da mulher, para atender aos seus 399 municípios. Ontem, contudo, o governador Beto Richa autorizou a instituição de duas novas unidades, uma em Cianorte (Noroeste) e outra em União da Vitória (Sul). A única que funciona 24 horas é ainda a da capital. “Para a criação, é feito todo um levantamento da demanda, um estudo da estatística, que demonstra o número de casos. Dependendo, são criados setores de atendimento”, argumentou a coordenadora. (M.F.R.)

10 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Dificuldades à vista

Para o Fórum dos Servidores Públicos, a guerra sobre a ParanaPrevidência e o avanço em seu capital pelo governo Beto Richa não terminou. É verdade que sua avaliação por Rodrigo Janot, procurador-geral da República, constituiu-se numa frustração, mas estimulou toda a malha de sindicatos do funcionalismo estadual a um encontro com o relator do processo no STF ministro Marco Aurélio de Mello para expor as suas razões contrárias à intervenção e ao acesso a um capital até então indisponível empregado para maquiagem um equilíbrio fiscal, artificioso e que coloca em risco o futuro do fundo de pensão.

Como se não bastasse isso, outras situações colocam sob risco o panorama fiscal, dentre as quais avulta uma vitória milionária de sindicalistas do Judiciário e que implicará em pesado ônus na folha de pagamento com o ganho de R\$ 15 mil por impetrante e ainda com direito sólido a atrasados. Numa situação em que até a pretensão da Comec em dar R\$ 5 milhões de subsídio ao transporte metropolitano foi brecada e com a imposição comprobatória de gasto, centavo por centavo, feita pelo secretário Mauro Ricardo Costa, queimou a moringa dos técnicos e estrategistas do sistema e que tiveram que contentar-se com redução ponderável da solicitação em pelo menos 20%.

É nesse clima de garrote vil que se testará o vigor e a autonomia que Beto Richa concedeu ao tzar financeiro, pois ele não hesita em cometer abertas ilegalidades como a de não pagar progressões e promoções funcionais editadas pelo Executivo e transferindo-as para decisão judicial, gerando um clima de revolta em todas as áreas funcionais, o que num ano eleitoral é nitroglicerina pura. Ademais, os professores já estão com a pauta impositiva de reajuste do piso nacional da categoria, que abriria um rombo no casco mal calafetado do Tesouro, em favor de mestres menos abonados isso sem falar que haverá mobilização pelo repasse automático da inflação acumulada em maio. Pode ser que isso abale a resistência do interventor, mas no governo a convicção é cada vez maior do que "ruim com ele, pior sem a sua vigilância".

De outro lado, o Judiciário não está disposto a infringir a regra mandamental imposta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que cria obstáculos ao acesso aos depósitos judiciais, há longo tempo pretendido e alvo de confusões em experiência recente, impondo o regramento de que a prioridade é para atender precatórios que alcançam mais de R\$ 10 bilhões em nosso caso. De outro lado, em atalaia permanente, a OAB-PR, em nome dos direitos desses portadores, exerce atenção específica para evitar que recursos das partes, que não pertencem ao erário, sejam assim dissipados.

10 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Pedágio

Decisão da Justiça Federal, já do ano passado, ora confirmada, impede a adoção de qualquer medida para a prorrogação dos contratos de pedágio, imposta em decisão liminar, e isso há bastante tempo ainda que ocultada nos meios oficiais, torna inútil toda a movimentação política e administrativa de bastidores. Bloqueio está em vigor desde o ano passado e o agravo de instrumento, proposto pela União e o DER, foi recentemente negado pelo Tribunal Regional da 4ª Região. Um dos pontos fortes da liminar do juiz federal Rogério Dantas Cachichi estabelece o seguinte: "A prorrogação do convênio há de ter em mira exclusivamente o interesse público entre os entes políticos envolvidos, numa racionalidade comunicativa livre da interferência do poder econômico das empresas privadas". Já o secretário da Casa Civil, Eduardo Sciarra, contesta afirmando que o contrato original do Anel de Integração prevê renovação com as concessionárias. Condição indispensável ao juiz é a licitação.

Um cenário, enfim, de difícil descompressão até porque as demandas contra o pedágio volta e meia devolvem tudo à inércia, o que não é bom para ninguém, ainda mais numa crise.

10 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Receita contesta delator

O diretor da Receita Estadual, Gilberto Calixto, contestou as declarações feitas pelo auditor fiscal Luiz Antonio de Souza, principal delator da Operação Publicano, em interrogatório ao juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, na última segunda-feira quando reafirmou uma suposta ingerência política no fisco estadual. “A Receita Estadual do Paraná refuta a visão peculiar ou oportunista externada por um membro oriundo dos seus quadros e acusado em ação penal, que sinaliza o intento irresponsável de destruir a instituição, especialmente ao promover uma generalização injusta e que não corresponde à realidade”, diz trecho da nota. “Os tributos, eventual e indevidamente não recolhidos ao erário, também estão sendo apurados e lançados”, aponta Calixto, destacando “que a Receita prosseguirá com sua firme atuação, seja para salvaguardar o erário, seja para coibir irregularidades eventualmente cometidas por quaisquer de seus integrantes”.

Foragida se entrega

Considerada foragida pela Justiça desde janeiro, Viviane Lopes de Souza, irmã do dono da Construtora Valor, Eduardo Lopes de Souza, se apresentou ontem na sede do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), em Curitiba. Ela é acusada de envolvimento no esquema desmantelado pela Operação Quadro Negro, que identificou desvios de R\$ 18 milhões em construções e reformas de escolas estaduais do Paraná. Ela é suspeita de obstrução à Justiça e uso de documentos falsos em licitações que teriam propiciado o esquema criminoso. Viviane foi conduzida ainda ontem para a Penitenciária Feminina de Piraquara.

Mãe de Moro é hostilizada

A mãe do juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da Operação Lava Jato, foi hostilizada na noite de terça-feira, durante uma homenagem ao Dia da Mulher na Câmara de Maringá. Odete Starki Moro, de 70 anos, é professora aposentada de português. “Lula guerreiro do povo brasileiro”, gritaram algumas pessoas, interrompendo os aplausos que a mãe do juiz recebia. A cerimônia homenageava outras 14 mulheres, além da mãe do juiz da Lava Jato. Cada vereador escolheu uma homenageada “em função da relevância em serviços prestados à comunidade maringaense”, segundo a Câmara. “Das 15 mulheres, duas eram ligadas a sindicato”, contou o fotógrafo Marco Antonio de Oliveira, que trabalha Câmara. “Ninguém sabia que a mãe do Sérgio Moro seria uma das homenageadas. Na hora que foi anunciado que ela era a mãe, eles gritaram.”

10 MAR 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

JUSTIÇA PRO BAIRRO

Da Redação

Moradores de Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, poderão aproveitar neste sábado (12) os serviços ofertados pelo programa Justiça no Bairro. O evento, que faz parte das co-

memorações do aniversário da cidade, terá atendimentos disponibilizados para a população na Escola Municipal Guilherme Ceolin, localizada no bairro Vargem Grande, das 9h às 17h.

A ação reúne milhares de pessoas e entre os principais serviços está a solução de forma rápida e sem custos de pendências judiciais, especialmente na área de família. Serão realizados atendimentos, com a presença das partes envolvidas, para imediata solução de casos como divórcio, pensão alimentícia, guarda de filhos, reconhecimento de paternidade e maternidade, retificação

de registro civil, interdição judicial e orientação jurídica quando houver acordo.

SERVIÇOS

Durante o evento também serão ofertados diversos serviços gratuitos à comunidade, como a confecção da 1ª via de carteira de identidade e CPF; corte de cabelo; orientações nas áreas da saúde; assistência social e demais serviços oferecidos pela prefeitura.

A programação também prevê troca de livros; exposições e atendimentos promovidos por parceiros; e atividades para as crianças.

Ministro exonerado

Agência Brasil

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou ontem pela exoneração do ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva. Até o momento, seis integrantes da Corte aceitaram recurso do PPS e entenderam que Silva, por ter cargo vitalício de procurador do Ministério Público da Bahia (MP-Ba), não pode ocupar o cargo.

De acordo com os votos proferidos até agora, Wellington César Lima e Silva e os promotores ou procuradores que atuam como secretários nos governos estaduais deverão deixar os cargos em até 20 dias. O julgamento prossegue com os votos restantes. A maioria dos ministros seguiu voto do relator, ministro Gilmar Mendes. Ele manteve jurisprudência da Corte, que impede que membros do Ministério Público

possam exercer cargos na administração pública. Seguiram voto de Mendes, os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Teori Zavascki, Dias Toffoli e Rosa Weber. O ministro Marco Aurélio votou pela permanência do procurador no comando do Ministério da Justiça.

Atualmente, 22 membros do MP estão afastados das funções para exercer atividades em secretarias de governo.

10 MAR 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

PREÇOS

O ex-diretor-geral da Assembleia Abib Miguel e o ex-deputado estadual Osmar Bertoldi estão presos na mesma cela do Complexo Médico de Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. Os dois chegaram a conviver na Assembleia durante quatro anos, no primeiro mandato de Bertoldi. Bibinho foi pego em um escândalo de corrupção em 2010, quando se descobriram os Diários Secretos e se soube que ele comandava centenas de contas bancárias de laranjas. Bertoldi, enquanto isso, teve mais um mandato de deputado estadual e disputou eleição para deputado federal. Acabou como suplente. Foi preso no mês passado acusado de violência contra a ex-noiva.

ENCONTRO

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem compromisso com a Justiça Federal na próxima segunda-feira. Arrolado pela defesa do pecuarista José Carlos Bumlai, Lula vai depor perante o juiz Sérgio Moro. O encontro será por vídeo conferência.

PROTESTO

A mãe do juiz Sérgio Moro, Odete Moro, 70 anos, foi vaiada ao ser homenageada na Câmara Municipal de Maringá. Professora aposentada, a idosa também é conhecida por seus trabalhos sociais. Militantes do PT criticaram Odete quando o nome dela foi citada.

Apoio

O presidente do PT de Itaperuna (RJ), Ralph Lichote, entrou com um habeas corpus em nome do ex-presidente Lula. Lichote, que é advogado, quer que Lula não deponha na ação penal na qual é réu o pecuarista José Carlos Bumlai.

MORO APLAUDIDO

Brasileiro está tão habituado com a desordem e a desonestidade, que quando vê alguém fazendo nada mais que a sua obrigação fica surpreso. Não há o que aplaudir, ao invés dos aplausos, há que se fiscalizar e cobrar a justiça, respeito para com a população e leis!

Ronaldo Arruda



Fez mais que sua obrigação como juiz. Que é aplicar as leis, doa a quem doer. É que nossa sociedade está doente. Que hoje em dia ser honesto é algo louvável, sendo que é obrigação de todos. O problema do Brasil é seu povo. Imoral, corrupto, baderneiro.

Celio Silva

Alguém me aplaude por eu fazer meu trabalho direito?

Cristiane Oliveira

10 MAR 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

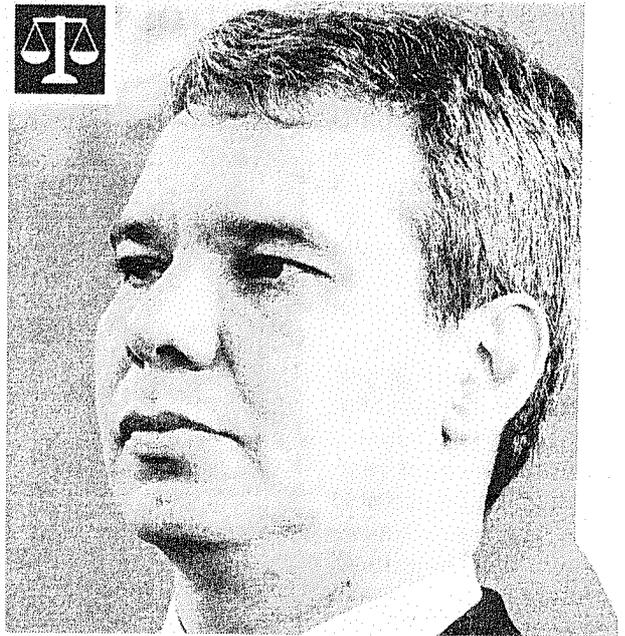
Ministro da Justiça terá 20 dias para deixar cargo

Wellington Cesar terá de optar pelo MP ou cargo no Executivo

Por 10 votos a 1, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, deve deixar o cargo em até 20 dias após a publicação da ata do julgamento, prevista para a segunda-feira (14). Para assumir a pasta no Executivo, ele deve abandonar a carreira no Ministério Público.

Na sessão de ontem (9), seguindo voto do

relator, Gilmar Mendes, os integrantes da Corte aceitaram recurso do PPS e entenderam que Silva, por ter cargo vitalício de procurador do Ministério Público (MP) da Bahia, não pode ocupar o cargo. Silva foi empossado na pasta no dia 3 deste mês no lugar de José Eduardo Cardozo, que migrou para a Advocacia-Geral da União (AGU). ■



Wellington Cesar deverá optar por uma carreira ou outra

MP paulista denuncia Lula por ocultação de bens

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) apresentou ontem (9) à Justiça paulista denúncia contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelos supostos crimes de ocultação de bens, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. A denúncia, que será analisada pela 4ª Vara Criminal de São Paulo, é relativa à investigação sobre o

apartamento triplex, de Guarujá (SP).

Caso a denúncia do promotor Cássio Conserino, responsável pelo caso, seja aceita pela Justiça do estado, Lula passará a ser réu na ação. Desde o início das investigações, o ex-presidente nega que seja proprietário do apartamento triplex, alvo de investigação. ■

10 MAR 2016

BEMPARANÁ

Quadro Negro

O Ministério Público, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), entregou à 9ª Vara Criminal de Curitiba denúncia contra 15 pessoas envolvidas em desvio de recursos destinados a obras em escolas, licitadas pela Secretaria Estadual de Educação e investigado pela Operação Quadro Negro. Foram denunciados empresários, familiares seus e "laranjas", além de servidores públicos, entre outros réus. Segundo o MP, empresários e servidores públicos constituíram organização criminosa para desviar dinheiro público. Os servidores faziam medições atestando o andamento de obras para que a construtora Valor recebesse os pagamentos sem que as mesmas tivessem sido concluídas.

Luxo

O dono da construtora, Eduardo Lopes de Souza, familiares seus e outros denunciados ligados a ela, além de pagarem propina a um servidor, praticavam lavagem de ativos, adquirindo veículos de luxo, móveis e imóveis em nome de terceiros e também repassando dinheiro para contas de diferentes pessoas com o objetivo de esconder os valores desviados. Os fatos se estenderam de 2013 até pelo menos meados de julho de 2015, causando aos cofres públicos prejuízo estimado em R\$ 18 milhões. Foragida desde janeiro, a irmã do dono da Valor, Viviane Lopes de Souza, se apresentou ontem na sede do Gaeco e foi encaminhada à Penitenciária Feminina de Piraquara (PFP). Ela teve a prisão preventiva decretada pela 9ª Vara Criminal de Curitiba.

BEMPARANÁ

Promotoria de São Paulo denuncia Lula à Justiça

O Ministério Público de São Paulo denunciou criminalmente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua mulher Marisa Letícia no caso do triplex 164-A, no Condomínio Solaris, no Guarujá. A denúncia foi protocolada na Justiça, em São Paulo, ontem. A Promotoria sustenta que o petista cometeu crime de lavagem de dinheiro ao supostamente ocultar a propriedade do imóvel - oficialmente registrado em nome da empreiteira OAS.

A acusação tem base em longa investigação realizada pelos promotores Cássio Conserino e José Carlos Blat. O promotor diz ter indícios de que houve tentativa de esconder a identidade do verdadeiro dono do triplex, o que pode caracterizar crime de lavagem de dinheiro.

A reforma, contratada pela empreiteira OAS, alvo da Operação Lava Jato, custou R\$ 777 mil. Os trabalhos foram realizados entre abril e setembro de 2014. Em 2006, quando se reelegeu presidente, Lula declarou à Justiça eleitoral possuir uma participação em cooperativa habitacional Bancoop no valor de R\$ 47 mil.

Mãe de Moro é hostilizada

A mãe do juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da Operação Lava Jato, foi hostilizada na noite de terça-feira, durante uma homenagem ao Dia da Mulher na Câmara Municipal de Maringá, no interior paranaense. Odete Starki Moro, de 70 anos, é professora aposentada de português. "Lula guerreiro do povo brasileiro", gritaram algumas pessoas, interrompendo os aplausos que a mãe do juiz recebia.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi conduzido coercitivamente - quando o investigado é levado para depor e liberado - na sexta-feira, por ordem de Sérgio Moro. O petista é suspeito de envolvimento no esquema de corrupção na Petrobras.

A cerimônia homenageava outras 14 mulheres, além da mãe do juiz da Lava Jato. "Das 15 mulheres, duas eram ligadas a sindicato", contou o fotógrafo Marco Antonio de Oliveira, que trabalha Câmara. "Amigos e um pessoal ligado ao PT estavam (na Câmara) prestigiando a homenageada deles. Ninguém sabia que a mãe do Sérgio Moro seria uma das homenageadas. Na hora que foi anunciado que ela era a mãe, eles gritaram."

10 MAR 2016

CBF derruba liminar para votar contas

A Justiça do Rio liberou a análise de contas do primeiro ano de mandato de Marco Polo Del Nero. Ontem, o desembargador Claudio de Mello Tavares, da 11ª Câmara Cível do Rio, derrubou a liminar que suspendera a votação do balanço financeiro da CBF.

No domingo, o juiz Paulo Assed Estefan havia concedido uma liminar para o presidente da Federação Catarinense de Futebol, Delfim Peixoto, proibindo a análise das contas na assembleia-geral, que aconteceu segunda.

Na decisão, o magistrado cobrou mais transparência da entidade. O dirigente alegou que seus advogados foram impedidos de ter acesso ao balanço financeiro na sexta, três dias antes da reunião marcada para analisar as contas.

Com a decisão de ontem, os presidentes de federações deveriam votar ontem à noite as contas de 2015. A CBF declara no balanço que obteve um lucro de R\$ 72 milhões em 2015, 42% acima dos R\$ 51 milhões registrados no ano anterior.

10 MAR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Supremo determina que operadoras contribuam com o cinema

O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a liminar concedida em janeiro pela Justiça Federal que liberava as operadoras de telefonia celular de pagar a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine). O pedido de suspensão da decisão liminar, feito pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), foi deferido na terça-feira pelo presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski.

No início deste ano, o Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil), que representa empresas como Oi, Tim, Claro e Telefônica/Vivo, moveu duas ações judiciais contra a Condecine: uma contestando a própria existência da contribuição e outra questionando o reajuste de 28,5% na taxa, aprovado no ano passado pelo Congresso Nacional. Segundo a entidade, as empresas do setor não integram a cadeia produtiva do audiovisual.

Paraná Portal 10 MAR 2016

Publicado 9 de março de 2016 às 12h08

Estagiário do TJPR É convocado para as parolimpíadas de Futebol de Salão



Foto: Divulgação / Agafine

Um estagiário do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), Maurício Tchopi Dumbo, conquistou metas importantes. Além de concluir a graduação em Direito e iniciar um curso de pós-graduação em Direito Processual Civil,

CONTINUA

CONTINUAÇÃO **Paraná Portal** **10 MAR 2016**

conseguiu a nacionalização brasileira e a convocação para integrar a Seleção Brasileira de Futebol de Salão (Fut 5) nas Paralimpíadas do Rio 2016.

Maurício tem 25 anos e joga profissionalmente no Agafuc, campeão do Campeonato Brasileiro no ano passado, e foi eleito o melhor jogador da competição com deficiência visual. “Representar o Brasil nas Paralimpíadas é a realização de mais um sonho”, disse.

HISTÓRIA

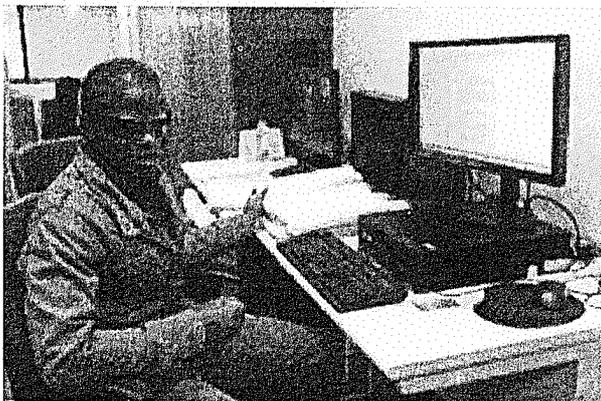


Foto: Reprodução

/ TJPR

Há 14 anos, Dumbo deixou a família para trás ao ingressar num grupo de jovens com algum tipo de deficiência, financiado pelo governo angolano, que teriam a oportunidade de estudar no Brasil. Separou-

CONTINUA

— se então da mãe dos irmãos e chegou a Curitiba, onde iniciou do zero a sua vida escolar. Há um ano, entretanto, o suporte financeiro deixou de ser enviado por Angola e o grupo teria que retornar ao país africano. “Queríamos muito ficar e buscamos a mídia para pedir ajuda da população”, contou.

Além de conseguir uma bolsa de estudos de uma universidade particular para prosseguir o curso de Direito, a história de Dumbo chegou ao conhecimento do desembargador Vicente Misurelli, que ofereceu a ele uma oportunidade de estágio. “Para mim, foi como ganhar na loteria, pois todos os meus colegas da universidade queriam ter essa oportunidade de atuar no TJPR”, disse o estagiário.

Ingressou como estagiário do TJPR no ano passado e sonha alto. “No futuro, quero ser juiz e pretendo um dia trazer minha mãe a Curitiba, para poder lhe oferecer uma vida melhor”, disse. A mãe, que ainda vive em Angola, desde a morte do marido trabalha como diarista para sustentar a família.